



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**TRANSFORMAÇÕES URBANAS E CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA
PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO (1920-1970)**

Cristiana Ferreira Schilder*

A cidade fala de si própria pela cristalização de elementos da sua história em vários espaços. A medida que problematizamos o espaço urbano nos damos conta de quão complexo é este objeto de estudo. Ela produz linguagens, significados e renova-os constantemente. A passagem do tempo é capaz de calcificar diversos elementos culturais, produzidos em diferentes épocas, num mesmo espaço geográfico (SUTIL, 2003).

Para esclarecer a ideia de espaço urbano corresponde a uma área ou espaço geográfico que pertence, está sob o domínio de determinado indivíduo ou grupo, sendo então esta propriedade de uso transitório exclusivo. Muitas vezes os espaços não estão lacrados à favor de determinado grupo, mas mesmo que públicos são dotados de regras seletivas, que automaticamente excluem os indivíduos fora das normas (CLAVAL, 1978). Parafrazeando RAFFESTIN:

“os territórios são relações sociais projetadas no espaço concreto que podem formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido, ser antes instáveis que estáveis, ter existência regular ou periódica. Dentro de um espaço vários territórios podem ser (re)criados conforme a intencionalidade de seus agentes, e mais, pode-se permitir que sejam interligados por meio de redes.” RAFFESTIN, 1993, p. 143

* Cristiana Ferreira Schilder é Bacharel em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2008), e atualmente mestranda no curso de pós graduação da mesma instituição. Tem desenvolvido trabalhos com ênfase na História e análise da Arquitetura, estudos sobre cidades e Patrimônio Cultural.

O conceito emprestado da Geografia ajuda a construir a noção do espaço urbano e seus territórios. Entendemos que, num espaço existem diversos territórios, sendo esses lugares que estão sob o domínio de um ou diversos grupos, sob os quais exercem poder. Normalmente a noção de território diz respeito ao espaço atrelado ao poder. A discussão sobre os diversos territórios e suas imbricações, são discussões recentes da Geografia, que vão muito além dessa simples definição.

Essas considerações remetem a importância e complexidade dos estudos sobre o espaço urbano. A história também não passa “despercebida” pela arquitetura e como através dela é materializada, denuncia e convoca o historiador a problematizar os diversos espaços, investigando e trazendo à tona possíveis histórias.

Isso por que a cidade com o passar do tempo vai ganhando e perdendo elementos, e aqueles que já possuíam significados são reinterpretados (CALDEIRA, 2010). Portanto a importância dos estudos sobre a cidade e diferentes abordagens sobre um mesmo objeto. Na maioria das vezes os elementos históricos são notados como edifícios antigos que demonstram toda uma cultura diferente, sendo chamados de patrimônio histórico. No entanto não é só a arquitetura que deve ser resgatada e considerada como vestígio de épocas diferentes, mas também maneiras de viver, rituais, etc. Portanto a cidade, nasce e renasce continuamente, sendo seus espaços simbólicos resultado das maneiras de viver e por elas materializadas. Nessa concepção pode-se dizer que são patrimônios culturais das cidades (CALVO, 2001).

É importante pensar que a cidade e seus espaços são construídos também por ideais, ela é a representação do imaginário de diferentes épocas. Esse imaginário é gerado de diferentes maneiras, por diversos indivíduos, apropriando-se eles dos espaços urbanos conforme suas concepções. Essa proposta de pesquisa visa abordar uma praça, enquanto partícula do espaço urbano e representante de referências simbólicas deste objeto de estudo. O espaço escolhido foi a Praça Barão do Rio Branco, em Ponta Grossa, que deve ser analisado a partir da problemática, de como as representações de tradição e modernidade foi representada nos indivíduos que disputam esse espaço.

A partir desse recorte, analisando um fragmento do espaço urbano, a praça em si mesma já é um objeto de estudo bastante amplo, com diversas possibilidades de abordagens. Aqui será abordada a perspectiva de que sobretudo ela é um espaço de história e memória. A praça independente do seu tamanho ou formato, pode ser escolhida como lugar de manifestação de culto, ritos e interação social ao longo do tempo

(CALDEIRA, 2010). A proposta de pesquisa se aterá ao recorte temporal dos anos 1920 à 1970, pensando nas diversas transformações urbanas que a cidade pode ter passado e como elas foram sentidas na praça e pelos personagens que dela se apropriavam.

Mais do que uma narrativa histórica sobre uma praça, a problematização desse espaço traz à tona por exemplo, que elas não foram implantadas de imediato no Brasil, sob a forma do urbanismo português. As condições “precárias” da colônia não podiam abrigar esses elementos, sendo então necessária toda uma normatização do espaço urbano, abertura de ruas e quadras retilíneas, entre outros (PEREIRA, 1996).

O contexto de desenvolvimento urbano no Brasil é marcado pela vinda da Família Real Portuguesa e depois pela Revolução Industrial, mas fica restrita mais aos grandes centros da época como Rio de Janeiro e São Paulo, espalhando-se gradativamente pelo país, conforme especificidades locais. No cenário local o desenvolvimento urbano enquanto espaço normatizado chega com mais força nas últimas décadas do século XIX e começo do XX. Esse contexto é reforçado pela chegada da ferrovia, que trouxe à cidade condição de polo econômico regional e influência de imigrantes (SCHILDER, 2008).

No entanto deve ser considerado que a cidade já existia antes do mitológico “boom” ferroviário, e que a partir dele sofreu maiores e constantes intervenções. A normatização aqui referida é representada pelos Códigos de Posturas² municipais e a expectativa de aplicação dessas leis.

A atual Praça Barão do Rio Branco, foi primeiramente chamada de Largo do Rosário, e ficava aos arredores do primeiro núcleo urbano. Na metade do século XIX, esse espaço já era ocupado e representante da comunidade escrava do município, visto que próxima estava construída a Capella do Rosário, que dava também nome a praça. Nessa época já existia a Capella Sant’ana, no Largo da Matriz, a qual o uso ficava restrito a outras classes sociais. A Capella do Rosário não era uma paróquia independente da matriz, mas o espaço destinado e do qual os negros e a classe popular se apropriou (CHAVES, 2001)³.

² PONTA GROSSA. **Códigos de Posturas Municipais 1914**. Livro de Leis e Decretos da Câmara Municipal de Ponta Grossa.

³ No final do século XIX a praça viveu suas primeiras intervenções e teve o espaço definido e construído na década de 1920 no processo de urbanização da cidade.

A praça é escolhida e construída, normalmente em lugares estratégicos, como representante da cidadania e beleza da cidade, sendo uma das consequências o surgimento de instituições ao seu redor (SUTIL, 1996). Sendo assim, ela não é um elemento solitário, mas interage com todo cenário ao seu redor, visto que sendo um espaço público e teoricamente de todos, é adotado por diversos grupos representantes de instituições ao seu redor. A praça interage com a cidade carregando um valor simbólico e histórico constituinte desse espaço. Quando afirmamos que a praça é um espaço de memória e história, pretende-se que essa pesquisa seja desenvolvida em diferentes etapas, atrelando como a história da Praça Barão do Rio Branco dialoga com a cidade de Ponta Grossa em diferentes contextos.

No primeiro momento, com recorte temporal das décadas de 1920 à 1940, será enfatizado como a praça era utilizada como espaço de lazer e sociabilidade. Nesse contexto a cidade era moldada pelos ideais de civilidade e progresso (CHAVES, 2001), como já foi citado, com planejamento e normatização através das leis. A praça ganha seu formato e terraplanagens.

Nessa época também já pertencia ao centro da cidade, e no seu redor desenvolveram-se importantes instituições, além da Capela do Rosário, como o Colégio Santana, Escola Normal (atual Regente Feijó) e Cine- Império. Na década de 1922 foi comemorado também o centenário da Independência do Brasil, quando a praça foi ocupada por diversas manifestações cívicas.

Mas o importante aqui é investigar como esse espaço foi disputado por esses diversos grupos, representantes de diferentes maneiras de viver, como os párcos, estudantes ou os frequentadores do cinema. No contexto aqui abordado a praça passa a ser a principal vitrine da cidade e da intervenção urbana, sendo intensamente disputado.

Assim serão desenvolvidos os conceitos de ritual e cultura para entendermos como o espaço pode ser disputado conforme as concepções de cada grupo. O conceito de cultura trazido por (CUCHE, 2002), traz uma noção de como o indivíduo, grupos e sociedades podem ser entendidos. A cultura corresponde à elementos simbólicos adquiridos pelos indivíduos, que está ligada ao processo consciente e inconsciente. Partindo o indivíduo de sua origem, primeira natureza, que corresponde ao seu fator biológico, o contato que irá estabelecer com os integrantes de sua comunidade estarão inserindo-o numa determinada cultura. Significa então que o indivíduo embora dotado de suas predisposições genéticas, é impulsionado à cultura na qual é gerado.

Ao se desenvolver irá incorporar elementos simbólicos ou não da tal cultura, como: alimentação, língua, religião, ideais, etc. Entretanto, a cultura não é um elemento fechado, e sim passível de transformações à medida que o indivíduo adquire novas experiências e relaciona-se com outros grupos culturais. As personalidades individuais fazem que com os indivíduos enriqueçam suas culturas. Por isso, segundo DURKEIM, citado por CUCHE (2002), a evolução de uma cultura se faz a partir de si mesma. À relação de uma cultura com outras o autor chama de processo de aculturação, que dinamiza a troca de seus elementos simbólicos, podendo ser um processo passivo e pacífico ou não.

Essa análise é feita por que mesmo diferentes, os sujeitos sentem-se no direito de usufruir a apropriar-se daquele espaço. Os sujeitos aqui referenciados incluem as diversas camadas sociais. A noção de ritual será usada por que o espaço era utilizado para manifestações cívicas, religiosas e culturais. Não é entendido como separado da ideia de cultura, mas sim como extensão deste, uma vez que cada concepção cultural irá produzir seu próprio ritual.

A ideia de ritual que num primeiro momento remete à religiosidade está sofrendo alterações, a partir de reflexões sobre a abrangência do termo. O ritual diz respeito não só a eventos especiais da religiosidade, mas tudo que faz parte das culturas e exceda o âmbito cotidiano. Sendo assim, manifestações patrióticas, étnicas, religiosas, entre outras, que são realizadas além do viver cotidiano, podem ser entendidas como rituais que vem reforçar ideais e a memória das culturas que representam (PEIRANO, 2003).

O conceito é usado na intenção de ser uma ferramenta para entendermos a relação da comunidade com a praça. O espaço da praça ultrapassa o viver cotidiano, mas também é apropriado para momentos especiais onde, através dos rituais e sociedade buscar reforçar seus ideais. Então o ritual pode ser entendido como fruto das relações sociais, quando um dá sentido ao outro, e são readaptados em diferentes tempos e sociedades. Ele é mais profundo do que uma abordagem cultural, por que diz respeito a ações produzidas por atitudes íntimas dos indivíduos.

Na segunda abordagem traz uma perspectiva diferente visto que a cidade toma aspectos econômicos diferente. Das décadas de 1950 a 1970, a cidade e consequentemente a praça passam novamente por mudanças significativas, visto que se trata do contexto de industrialização (CHAVES, 2006). O contexto industrial traz um novo modelo de urbanização que “atropela” a vida pacata e tranquila da cidade.

Lembrando que as novidades sempre chegam gradativamente dos grandes centros para o interior, na cidade de Ponta Grossa esse período vai ser compreendido como de maior agitação trazida pela modernidade econômica.

A cidade que anteriormente já tinha suas formas urbanas definidas, passa por novas reformulações. Mais importante do que perceber quais foram essas mudanças, é compreender como o formato urbano já existente passou a exercer a forma funcional exigida pelo modelo capitalista (BENEVOLO, 2003). A cidade capitalista industrial traz novos significados aos espaços, procurando torná-los mais funcionais e práticos possíveis. Se num primeiro momento toda a “harmonia” da praça era espaço de representações e rituais, aqui ele adquire novos elementos.

Na década de 1950 foi construído numa das pontas da praça o terminal de ônibus, chamado popularmente de “Ponto Azul”. O centro da cidade que antes era espaço de lazer e representatividade, ganha de forma mais agressiva sua forma funcional capitalista. Durante os dias e semanas ele é um espaço de produção, e somente nos finais de semana será ocupado pelo lazer. As periferias da cidade avançam e tornam-se cada vez mais lugar de moradia, enquanto o centro adquire cada vez mais funções de produção (ROLNICK, 1999). Assim nesse segundo momento os conceitos abordados serão as contradições entre a tradição e modernidade, e como essas concepções disputam e entram em conflito com os já abordados.

A construção do Ponto Azul trouxe a praça maior aspectos de popularização, quando parte do seu espaço foi destinado a uso da classe trabalhadora. A instalação do terminal de ônibus fortaleceu não só o comércio ao redor, mas também os vendedores ambulantes, feirantes, etc.

Segundo (HOBSBAWN, 1997) o conceito ou ideia de tradição só pode ser desenvolvido contraposto à modernidade, ou seja, existe a partir da concepção do diferente. A tradição ela passa a ser um apego a elementos culturais do passado, não por mero capricho, mas pela velocidade em que o novo se impõe, trazendo impactos. A tradição surge então como fator cultivador de rituais e costumes que estão ameaçados pelas ideias novas e rapidez com que elas se instalam. O estudo da tradição é mais comum em trabalhos da historiografia moderna, quando as mudanças políticas e econômicas geraram essa reação.

Segundo o autor, a tradição é inventada, muitas vezes inconscientemente como fator de proteção daquilo que já está estabelecido no âmbito social e que a ele é confortável. Como já foi abordado o conceito de cultura está ligado à tradição, uma vez que os indivíduos ou grupos portadores de seus costumes estão constantemente velando para que eles permaneçam. Embora a cultura seja influenciada por fatores externos, a força interna é alimentada pela tradição para que ela sobreviva. As diferentes culturas existem por que algo resiste ao novo e diferente, que é chamado tradição. Nesse sentido a tradição é forjada e reforçada pela memória e rituais, para manter a cultura existente.

Em contraposição, FEENBERG, considera que a modernidade é a consequência tecnológica daquilo que o homem produz. Buscando na origem do termo, tecnologia refere ao conhecimento que o homem produz e como se ocupa de suas invenções. O conceito de modernidade vem revestido do poder de questionar o que existe, principalmente sua funcionalidade, o que vem muito a calhar com o contexto capitalista. O autor ainda enfatiza que o homem moderno é guiado pelo sistema, sendo então a ideia de modernidade, o tempo todo alimentada pelas noções de progresso e eficiência.

Uma das importantes considerações do autor é quando comenta que a modernidade é algo desconhecido e portanto temido. Sofrendo então o homem moderno crises de essências, quando não sabe para onde vai e nem que caminho tomar. A ideologia do progresso é utópica no sentido de que, muitas vezes a teoria não é praticável, assim como traz impactos e reações às culturas. Pode-se pensar que as noções de tradição e modernidade estão ligadas entre si e aos outros conceitos. Esses conceitos abordados tem como objeto nortear a proposta da pesquisa de pensar as transformações urbanas na praça e as disputas de diferentes sujeitos.

A transformação da cidade no início do século XX é considerada importante para a historiografia da cidade por que trouxe muitas mudanças, inclusive no sistema cultural. Uma vez que já existia uma cidade nos moldes coloniais, com ritmo de vilarejo pacato, todas as mudanças quebraram tradições existentes, sob ótica da ideia de modernidade e progresso.

Essa primeira grande transformação sofrida pela cidade gerou contrastes de tradição e modernidade, onde existia e resistência, daqueles que simplesmente estavam confortáveis em seus estilos de vida. Ao mesmo tempo, a força externa, motivada principalmente pela economia tende atropelar os costumes existentes, gerando então a necessidade de reação daqueles que pretendem sobreviver. Vale enfatizar que aqui não

cabe o mérito de analisar se a cidade viveu realmente esses “booms” econômicos, mas considerar que a ideologia trazida por esses momentos existiu, inclusive em leis municipais.

O processo de urbanização, no início do século XX foi pautado pelo estilo arquitetônico eclético, que traz em sua ideologia o sentimento, a ostentação, o viver urbano e lazer. Nesse sentido naquele momento a cidade era organizada com essas funções: habitat, circulação, trabalho e lazer (SUTIL, 1996). Embora impactante num primeiro momento, esse novo viver urbano foi incorporado e então a partir da lógica do sistema, seria contraposto por outros modelos.

Observada pela ótica da historiografia da arquitetura encontramos outro momento. Na década de 1920 aconteceu nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro o Movimento Modernista, que com a comemoração do Centenário da Independência trouxe toda uma ideologia de resgate da tradição brasileira, contrapondo aos ideais europeus do cenário eclético. O modernismo foi fortemente marcado pela produção artística, mas na arquitetura e urbanismo pode ser entendido como três fases. Fazem parte da produção modernista, num primeiro momento o estilo Neocolonial, seguido pelo Art Dèco, para então ser materializado enfim no estilo moderno em si (SUTIL, 2003)

A importância de compreender esse processo está no auxílio que estes elementos trazem para entender as formas urbanas e da praça. Segundo o autor, a historiografia da arquitetura vem a calhar no sentido de que, não é possível estudar as funções urbanas e prediais, sem aliar as suas formas, uma vez que estão profundamente ligadas e as formas arquitetônicas falam de suas próprias funções. Entende-se aqui por arquitetura da cidade não só os prédios mas a própria formação da cidade e praças.

A praça Barão do Rio Branco passou por transformações no seu formatos e nos elementos que a constituem. Na passagem de um estilo de cidade para o outro acontecem novas quebras de tradições, efetuadas pela modernidade. A cidade eclética que em algumas décadas representou a cidade ideal já não satisfazia as necessidades que uma cidade industrial exigia. Nesse ideal, na década de 1950, com alguns anos atrás dos grandes centros, a cidade assistia um novo movimento de modernização. Agora sim pautado pela terceira fase do movimento modernista, quando a cidade deveria perder seus aspectos “sentimentais” e passar a servir de forma mais precisa ao capitalismo industrial.

Esse cenário de viver “harmonioso” do ecletismo, que já havia tornado tradição é quebrado de maneira rápida por novos ideais trazidos pelas noções de modernidade e progresso. A contraposição do primeiro e segundo momento desse projeto está pautado por esses contextos, quando os conceitos abordados fazem entender que nesse espaço (praça), acontecem diversas manifestações culturais que são sobrepostas ao longo do tempo formando camadas simbólicas. Sendo assim, com o passar do tempo a praça passou a carregar elementos de diferentes culturas e épocas, marcada pelas disputas de vários sujeitos sob um mesmo espaço.

Considerando então as análises já feitas, pretende-se considerar algumas hipóteses de questionamentos a serem feitas às fontes. Por exemplo: como esse espaço foi apropriado por diferentes indivíduos no primeiro contexto da formação da praça? Como ela era ao mesmo tempo um espaço de ostentação, lazer, trabalho e moradia? Pensando nessas questões as perguntas feitas as fontes serão norteadas pela ideia de que, era um espaço de manifestações culturais diferentes (cívicas, religiosas), que foi sendo fisicamente construído por esses ideais.

Em contraponto um espaço não é estático e continua em constantes transformações. Como que no segundo momento de grande intervenção urbana, com o surgimento dos transportes coletivos, etc., a praça sofre outras apropriações com novos grupos passando a vivenciar esse espaço? Como a função da tradicional da praça é reinterpretada e readaptada?

O entrecruzamento das informações, contextos e conceitos, buscam trazer à tona uma partícula da história da cidade, buscando entender em que medida esse espaço (Praça Barão do Rio Branco) é atualmente um espaço simbólico de representatividade para a sociedade pontagrossense. Obviamente que a praça sofreu novas intervenções em outros contextos que a formaram como é hoje, mas a escolha do contexto da pesquisa se justifica por serem épocas de fundações das importantes instituições que a rodeiam, assim como a construção e demolição (1950 -1970) do Ponto Azul, que foi fator de grande importância para o espaço pelo qual ele é conhecido até hoje.

O terceiro momento é baseado na estrutura conceitual dos dois primeiros, mas principalmente nos levantamentos possíveis a partir dos questionamentos propostos. O fato de analisar como a Praça Barão do Rio Branco foi historicamente construída, inclusive trocando de nome, remete a importância desse espaço no cenário da cidade. A possibilidade dessa praça ter tomado significado e simbolismo ao passar do tempo na

cidade, passa a ser um ponto de análise, pensando em que medida ela adquiriu importância na sociedade pontagrossense.

Um patrimônio histórico é construído no tempo, quando a população assimila e reinterpreta aquele elemento. Sendo assim, diferentes gerações desfrutaram das instituições ao redor da praça, assim como dela mesma. E a memória que aquele espaço ocupou um dia que vai adquirir novos significados em outros contextos. O patrimônio é conceituado como algo histórico e cultural. O termo patrimônio histórico, hoje ultrapassado, foi substituído pelo termo patrimônio cultural, visto que qualquer que seja o elemento, ele foi produzido num contexto e mentalidade diferente. Sendo muito mais significativo o termo cultural, que corresponde não só a forma física de monumentos, mas também as diversas maneiras de pensar, viver e fazer. Ou seja, é considerado aquilo que é material e o imaterial também (MONASTIRSKY, 2009).

A memória enquanto processo ativo de criação de significados é aliada à ideia de patrimônio, quando esses ficam cristalizados num lugar e tornam-se culturalmente importantes para os indivíduos. Todos esses significados e a relação que o sujeito ou os grupos sociais vão adquirir com o espaço, seja sua produção ou apropriação, vão gerar uma “coleção” de lembranças, que irão embasar sua memória. Esse conceito remete aos eventos individuais e coletivos que fizeram parte dos moradores e da cidade e que trarão uma espécie de “humanização” à História, trazendo à tona não apenas fatos, mas o que as pessoas acharam e sentiram com os fatos. Lembrar é um verbo que remete ao passado, e o passado faz parte da história, no entanto ela passa a ser auxiliada por uma perspectiva diferente que é a memória.

Num primeiro momento a memória parece ser um fenômeno individual, mas ela deve ser entendida também como existência social e coletiva, que é submetida a flutuações e mudanças constantes (POLLACK, 1989). Mesmo com as possíveis mudanças suscetíveis ao tempo, a memória possui elementos invariáveis. Esses acontecimentos normalmente estão armazenados primeiramente em ordem de importância pessoal e depois coletiva, de grupos que o sujeito se sinta pertencente.

Além dos tipos de memória também existem os lugares de lembrar, onde as recordações individuais ou coletivas estão intimamente ligadas àquele espaço. A memória e identidade do sujeito estão ligadas às disputas sociais, quando a referência do ser busca legitimação dos grupos e sujeitos. No tocante a pesquisa, a memória aparece como elemento fundamental para buscar apreender a vivência cotidiana, disputas e momentos

simbólicos, que fizeram parte da vida dos indivíduos. Esse viver faz com que o espaço seja significativo para diferentes grupos e épocas, formando as camadas simbólicas da praça.

Ao longo de suas vidas, os indivíduos constroem espaços, além da materialidade que lhes é atribuída, eles são também aquilo que querem que signifiquem. Embora se diga o seu espaço, não quer significar que ele seja criação individual. Os espaços que vão sendo construídos ao redor das relações sociais, são produzidos a partir das relações que estabelecem com outras pessoas, as de convivência mais estreita ou aquelas distantes.

Apreende-se o espaço a partir da posição do indivíduo nos grupos sociais, e são esses grupos que oferecem os parâmetros que permitem localizar e descrever os espaços e tempos. A perspectiva de pensar a cidade, e especialmente a praça, através das questões levantadas, aponta para necessidade de buscar fontes que possam reforçar essa reconstrução histórica da praça. Considerando os contextos já comentados, foi pensado em fontes que tragam o discurso normativo (leis) e político da época, imagens que retratem perspectivas dos diferentes momentos e narrativas orais que relatem a vivência cotidiana desse espaço. Toda fonte é produzida num determinado contexto cultural, onde pode ser encontrado explícito e implícito os discursos de grupos e épocas. Por isso a escolha dos Códigos de Posturas Municipais e jornais foi feita, pensando nas possíveis análises que podem ser levantadas.

Os Códigos de Posturas como fontes de pesquisa, nos permitem perceber, que podem ser interpretados como representantes de choques culturais, entre valores novos e velhos. As leis definem as apropriações de espaços, delimitam poder e mesmo não controlando seu objetivo final, podem ser vistas como fortes referências culturais (ROLNICK, 1999). Além do seu objetivo prático, as leis aparecem principalmente como referenciais, pontos de partida para polêmicas e discussões dentro do espaço urbano. Nesse sentido que a fonte tem fundamental importância para pensar os problemas e disputas no espaço urbano.

Em contraposição os jornais podem trazer à tona como as leis são recebidas, interpretadas e incorporadas pela sociedade. O órgão de notícias da cidade, que pode dar voz dos problemas urbanos. A sua particularidade e importância se dá, pela relação que este estabelece com a população e a cidade. O jornal busca aproximar-se das questões pertinentes ao seu cotidiano, e a população recorre à imprensa para publicar os seus protestos, anseios e necessidades. São momentos que inúmeras representações sobre a

cidade e viver da população vêm à tona, e se constroem através de um texto (BALCÃO, 1999).

Na cidade de Ponta Grossa aparece muito presente as discussões referentes a normatização do espaço urbano e a participação popular. Por isso as fontes enriquecem o trabalho, buscando realçar as disputas do espaço da praça retratada de diversas maneiras. Além das notícias do jornal referentes aos problemas urbanos, é comum aparecer narrativas de cronistas, que eram contratados pelos governos para descrever as características das cidades, ora elogiando-as ou apontando seus problemas. Aliado a busca pelos jornais, os possíveis relatos que possam abranger o objeto de estudo, também serão levados em consideração, sempre pensando na intenção de produção desses discursos.

As fotografias e álbuns comemorativos das cidades normalmente são moldados para divulgar e exaltar as qualidades das cidades, seja seus pontos turísticos, avenidas, edifícios, praças, que são símbolos do seu progresso. No entanto o valor das fotos como fonte não está apenas no que elas querem mostrar, mas no que está oculto. Por exemplo, na comparação de fotos de um mesmo lugar e de diferentes épocas, permitem ao historiador uma análise das transformações e funcionalidade daquele espaço (CALVO, 2001).

A fotografia viveu intensa transformação no século XX, tanto na sua produção quanto na finalidade para a qual é produzida. Portanto os historiadores tem como desafio recente, a metodologia de leitura dessas fontes. O desenvolvimento tecnológico fez com que as fotografias abrangessem um perímetro muito maior do que meras figuras ilustrativas. Por exemplo: passaram a ser usadas como fontes criminais, registros de famílias, etc.

Por isso o olhar atento do historiador sobre esse tipo de fonte é sempre necessário, quando, ela não pode ser entendida como uma versão fiel do passado, mas sim como, uma perspectiva intencionalmente construída sob determinado ponto de vista. A riqueza das fotos e álbuns como fontes ficam muito mais interessantes quando, ela é pensada como uma construção que não capta todos os sentidos e ângulos envolvidos num determinado espaço. Portanto ela é considerada uma testemunha do passado, e não sua versão imutável.

Segundo LE GOFF (citado por MAUAD, 1995) as fotos de cidades são produzidas com duas funções, das quais o historiador tem que saber diferenciar, a imagem/documento e a imagem monumento. A diferença entre os dois tipos é que, uma é a construção “normal” de cenas cotidianas, enquanto a outra é estratégia de discurso do passado que vai ser levado ao futuro.

Compondo o conjunto de fontes que buscará captar os diferentes momentos e visões de construção da praça, a fonte oral vem colaborar como elemento decisivo no reconhecimento desse espaço como patrimônio cultural da cidade. Serão escolhidos cidadãos que viveram a praça nos momentos abordados pela pesquisa. Sabe-se que o número de entrevistados não poderá ser muito abrangente, e que certamente esse tipo de narrativa vai ser novamente usada pela pesquisadora em outros trabalhos sobre esse objeto, visto que a possibilidade de contribuição da população visa ser bastante participativa.

A narrativa oral traz à tona as experiências, emoções, sensações, etc. do viver cotidiano dos frequentadores da praça. A fonte oral, muito discutida entre os historiadores, é um novo elemento de comunicação de construção científica. Assim como as outras fontes também são formas de diálogo e comunicação, todas passíveis da desconfiança do pesquisador.

A narrativa oral, quando apelada a memória do sujeito é uma construção do passado sob a ótica do presente, portanto não existe a ambição do resgate de uma história real, mas sim, fragmentos significativos que ficaram marcados na vida das pessoas, através de suas emoções. As fontes são elementos construtivos da narrativa histórica, sem as quais não poderia ser feita. Por isso a busca e preocupação pelas maneiras mais perspicazes de abordagens desses documentos.

É possível que a cidade e o espaço enquanto objeto de estudo, o indivíduo (cultura) e as suas “consequências” que são a memória e o patrimônio cultural gerado por eles. Nesse sentido a terceira abordagem tem como proposta, analisar como influenciado pela sua história esse espaço é hoje significado pela população. Pensar como aparecem os sentimentos de pertencimento, a formação das camadas simbólicas (CALDEIRA, 2010) no tempo, a nostalgia que podem fazer desse espaço um patrimônio cultural da cidade.

O patrimônio cultural abrange a todo o legado deixado pelos antepassados, sejam eles imateriais (culinária, estilo de vida, língua, religião, práticas e saberes, etc) ou materiais (edifícios, ruas, igrejas, praças, etc.). A importância de defesa do patrimônio cultural está intimamente relacionada com o sentimento das pessoas, podendo ser ele: o de pertencer a um lugar, a uma comunidade ou cultura, ao de proteger e preservar lembranças que fizeram parte de sua vida, ao de valorizar aquilo que ajudou a construir (GONÇALVES e ABREU, 2003).

O homem necessita do relacionamento com o seu passado para firmar sua identidade e cultura. Não existe o sujeito alheio a cultura alguma, que não estabeleça relações sociais e que possua momentos e coisas que a ele são importantes:

“O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras suposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio de certo modo, constrói e forma as pessoas.” (GONÇALVES e ABREU, 2003)

A lógica capitalista tem trazido ao indivíduo a cultura do descartável, na qual ele sente-se cada vez menos apegado com o meio no qual está inserido, até mesmo pela facilidade e rapidez com que as coisas mudam e são transformadas.

No entanto existe um movimento contrário, buscando esse relacionamento do homem com o seu passado. E é amparada por essa ideia que arqueólogos, historiadores e demais estudiosos tem buscado não só respostas no passado, mas maneiras de atê-lo, respondendo não às suas apreensões mas também de toda a sociedade que sente cada vez mais essa necessidade.

Assim a consolidação da praça como patrimônio da cidade é um momento importante de reconhecimento, assimilação e proteção do espaço. Um espaço marcado por vestígios de várias épocas e culturas, das quais muitas pessoas foram pertencentes e que pode ser preservado como parte da identidade da cidade. Por possuir referências simbólicas, a praça constitui um patrimônio imaterial e material, visto que “a matéria e o espírito” são apegados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALCÃO, Fábio. **A cidade das reclamações.** In: FENELON, Déa Ribeiro (org.) **Pesquisa em História:** programa de Estudos Pós Graduated em História da PUC – SP. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1999.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

CALDEIRA, Junia Marques. **A praça colonial brasileira.** Brasília: Univ. Arquitetura e Comunic. Social, Brasília, v. 7, n. 1, p. 19-39, jan./jun. 2010.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade:** experiências e lembranças de viveres urbanos –Uberlândia (1938 – 1990). São Paulo: PUC (Tese de Doutorado), 2001.

CHAVES, Niltonci Batista. **A cidade civilizada:** discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930. Curitiba: Aos quatro ventos, 2001.

_____ **Visões de Ponta Grossa.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

_____ **Do Centro Commercio e Industria ao Selo social:** economia e sociedade pontagrossense. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** 2º Ed., Bauru: Edusc, 2002.

FEENBERG, Andrew. **A teoria crítica de Andrew Feenberg:** racionalização democrática, poder e tecnologia.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento.** In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBBSWAN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e História interfaces.** Seminário “90 anos da Avenida Rio Branco”, Rio de Janeiro, 1995.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Espaço urbano:** memória social e patrimônio cultural. UEPG: Revista Terra Plural, vol. 3, nº 2 (2009).

PEIRANO, Mariza G. S. **Rituais ontem e hoje.** Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2003.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso:** ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829 - 1889. Curitiba: Editora UFPR, 1996.

ROLNK, Raquel. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999, 2º Ed., Coleção Cidade Aberta.

SANTOS, Antônio César de Almeida. **Memórias e cidade: depoimentos e transformação urbana de Curitiba (1930-1990).** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999,

SCHILDER, Cristiana Ferreira. **Dos casebres e mansões:** arquitetura eclética em Ponta Grossa (1900 – 1930). Ponta Grossa: UEPG (Trabalho de Conclusão de Curso), 2008.

SUTIL, Marcelo Saldanha. **A praça na trilha do tempo:** boletim informativo da casa Romário Martins. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, n. 119, dez. 1996.

_____. **O espelho e a miragem:** ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século. Curitiba: UFPR, (Dissertação de Mestrado) 1996.

_____. **Beirais e platibandas:** a arquitetura de Curitiba na primeira metade do século XX Curitiba: UFPR (Tese de Doutorado) 2003.

